

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.681 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2003

Congresso recebe projeto da LDO, que prevê queda na taxa de juros

Proposta foi entregue pelo ministro Guido Mantega ao presidente do Senado, José Sarney. Texto, que deve ser votado até o final de junho, projeta também crescimento de 3,5% da economia e superávit primário de R\$ 55,7 bilhões



Guido Mantega (C) disse a José Sarney que o governo pretende manter a política de conciliar austeridade fiscal com crescimento econômico

Senadores buscam acordo para votar hoje as medidas provisórias

PÁGINA 5

Roberto Rodrigues (E) afirma que negociações do Mercosul com União Européia podem ser favorecidas após a guerra no Iraque

Ministro diz no Senado que país terá safra recorde

PÁGINAS 6 E 7



Roque de Sá

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004. O texto prevê para o próximo ano crescimento de 3,5% da economia, queda da taxa de juros e manutenção do esforço fiscal, com superávit primário de R\$ 55,7 bilhões. A entrega do projeto ao Congresso foi acompanhada pelos líderes do governo no Senado, Aloizio Mercadante, e do PT na Câmara dos Deputados, Nelson Pellegrino.

PÁGINA 3



O advogado José Gerardo Grossi com o presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca

Advogado entrega ao Conselho de Ética defesa por escrito de Antonio Carlos

PÁGINA 4

Embaixador de Cuba debate a condenação de dissidentes

PÁGINA 9

Proposta sobre prisão perpétua vai a exame na Comissão de Justiça

Arquivamento da PEC foi suspenso pelo presidente do Senado, José Sarney, que acolheu recurso apresentado pelo senador Ney Suassuna, autor da matéria

Paim é contra uso de detector de mentiras

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que proíbe a submissão do trabalhador ou candidato ao emprego a teste em detector de mentiras. O descumprimento da medida acarretaria indenização no valor de dez a 100 vezes o salário estabelecido para o cargo. O parlamentar afirma que, mesmo sob suspeitas de crime praticado pelo empregado, não cabe ao patrão instituir por conta própria um "processo penal". Segundo Paim, cabe ao Estado fazer as leis serem cumpridas. Na justificativa da proposta, o senador diz ainda que o uso do polígrafo (detector de mentiras) atenta contra a honra e a privacidade, visto que fere a liberdade de expressão e expõe o trabalhador a tratamento degradante. Nesse caso, a proteção da dignidade da pessoa humana autoriza ação que aja contra tratamentos intromissivos. — A República Federativa do Brasil tem como fundamento que "ninguém será submetido a tratamento desumano". Submeter o trabalhador ao polígrafo implica desrespeito a esse princípio — argumenta.

O presidente do Senado, José Sarney, decidiu suspender o arquivamento da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a pena de prisão perpétua no país e submetê-la a exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A medida foi adotada em acolhimento a recurso do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor da PEC, que considera sua aprovação "um passo importante na busca de nova ordem jurídico-institucional para o Brasil".

— O Brasil mudou. Temos dois Brasis hoje. Um em que há pena de morte, guerra e guerrilha, e outro, de cidadãos pacatos. É preciso ter coragem de mudar a Constituição em algumas coisas. Para esse Brasil que leva a lei a ponto zero, é preciso apresentar reação — sustentou Suassuna.

A proposta do senador suprime a alínea b do inciso LXVII do artigo 5º da Constituição federal, que impede a adoção de penas de caráter perpétuo no país. Ao justificar a decisão de arquivar a matéria, o senador José Sarney invocou entendimento da Mesa do Senado sobre a impossibilidade



Roosevelt Pinheiro

Ney Suassuna defende "respostas concretas" aos criminosos

legal de alteração desse dispositivo, inserido no Título "Dos Direitos e Garantias Fundamentais", que reúne as chamadas "cláusulas pétreas".

De qualquer forma, Ney Suassuna resolveu exercer o direito de recorrer da decisão, garantido pelo Regimento Interno, e ofereceu um alentado recurso para apreciação da CCJ. No texto, considera que, ao revisar o preceito constitucional que impede a existência da prisão perpétua, o Poder Legislativo estaria dando "resposta concreta" aos criminosos, "dizendo-lhes que serão excluídos de

modo permanente do convívio social".

Já na justificativa à PEC, o senador observa que grande parte dos delitos violentos é praticada por delinquentes com antecedentes criminais, que, "graças a uma lei processual penal complacente", retornariam à sociedade mais violentos após curto período de confinamento em uma penitenciária. A pena de caráter perpétuo seria passível de aplicação, por exemplo, a um condenado por crime hediondo, circunstância que comprovaria "crueldade e desprezo pela vida humana".

TV Senado exhibe especial sobre chorinho

Em homenagem ao Dia Nacional do Choro, a ser comemorado no próximo dia 23, a TV Senado apresenta neste final de semana programa especial sobre o gênero musical genuinamente brasileiro, imortalizado por mestres da música popular.

Com quase uma hora de duração, o programa traz a evolução do chorinho por intermédio dos principais compositores do gênero,

começando pelo flautista Joaquim Antônio Callado e pela pianista Chiquinha Gonzaga. Depois de focalizar compositores fundamentais como Ernesto Nazareth, Zequinha de Abreu, Pixinguinha, Jacob do Bandolim e Valdir Azevedo, o programa mostra a linha de continuidade com os "chorões" da nova geração, como Paulinho da Viola, Hamilton de Hollanda, Jorge Cardoso, Rabo de Largatixa

e o grupo Sorrindo à Toa. O programa vai mostrar também depoimentos de estudiosos da música, como o do ex-senador pelo Rio de Janeiro, Artur da Távola, e fazer referência ao Clube do Choro, de Brasília, por sua contribuição ao gênero musical.

A TV Senado exhibe o especial no sábado às 24h, no domingo às 21h30 e na segunda-feira, em dois horários: às 14h30 e às 21h30.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa extraordinária
Pauta: Projeto de Lei de Conversão nº 3/03 que dispõe sobre transferência da União para os estados e o Distrito Federal de segmentos da malha rodoviária sob jurisdição federal; MP nº 85/02 que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 45 milhões; Projeto de Lei de Conversão nº 4/03 que altera dispositivos da Lei nº 8.745/93, da Lei nº 10.470/02 e da Lei nº 8.112/90, criando cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da administração pública federal; MP nº 87/02 que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes no valor de R\$ 780,3 milhões; MP nº 88/02 que abre crédito extraordinário em favor de diversas empresas do grupo Petróbras, no valor de R\$ 2,259 bilhões, e reduz o orçamento de investimentos das mesmas empresas no valor de R\$ 1,5 bilhão; MP nº 89/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 38 milhões em favor do Ministério dos Transportes; MP nº 90/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 258 milhões em favor do Ministério dos Transportes; Projeto de Lei de Conversão nº 6/03 que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre vigilância sanitária; MP nº 92/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 428,06 milhões em favor do Ministério dos Transportes; MP nº 93/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 165 milhões em favor do Ministério dos Transportes; MP 95/02 que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; MP nº 96/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 24,40 milhões em favor do Ministério dos Transportes; MP 97/02 que altera o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, que estabelece mecanismo objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras; MP 98/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 63,18 milhões em favor do Ministério dos Transportes; MP 99/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 38,06 milhões em favor do Ministério dos Transportes; MP 100/02 que altera as Leis nºs 8.248/91, 8.387/91 e 10.176/01, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; MP nº 102/02 que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 36,87 milhões em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social; MP nº 105/03 que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 128 milhões; Projeto de Lei de Conversão nº 5/03 (MP nº 106/03) que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil — Apex-Brasil; discussão em turno único, em regime de urgência, do PLC nº 1/03 que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor; discussão em turno único, em regime de urgência, do PLC nº 92/01 que estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena; PLS 66/03 que altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sarney recebe a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ministro do Planejamento entrega projeto que revela expectativas do governo em relação à economia para 2004, como taxa de juros, superávit primário e crescimento do PIB. Definição de prioridades e metas fica para segundo semestre

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004. O ministro chegou à Presidência do Senado acompanhado dos líderes do PT na Câmara, deputado Nelson Pellegrino (BA), e do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (SP).

O projeto entregue a Sarney não contempla o Anexo de Prioridades e Metas referentes a programas selecionados com base nas diretrizes estratégicas do governo. O Executivo alega que essas prioridades e metas serão apresentadas, respectivamente, na proposta orçamentária da União para 2004 e na proposta do Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2004/2007, ambos em fase de formulação.

Na exposição de motivos, o governo anuncia uma nova forma de elaboração do projeto da LDO, processo que agora se caracteri-



Ministro do Planejamento, Guido Mantega, entrega ao senador José Sarney o projeto da LDO para 2004

za pela participação e discussão de proposições dos órgãos setoriais envolvidos diretamente na elaboração e execução orçamen-

tária, bem como pela busca de procedimentos mais racionais e simplificados de apresentação e alteração do Orçamento.

Mantega, Pellegrino e Mercadante conversaram por mais de meia hora com o presidente do Senado.

Orçamento fixará reajustes do mínimo e para servidores

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhado ontem pelo Executivo ao Congresso não menciona que reajuste terá o salário mínimo em 2004 e nem informa se o funcionalismo federal receberá algum aumento. "Deixamos esses assuntos para o Orçamento propriamente dito", informou o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, depois de entregar o texto da LDO ao presidente do Senado, José Sarney.

No ano passado, o governo também não citou na LDO o salário mínimo e os líderes partidários decidiram incluir no projeto um artigo prevendo que o salário mínimo deveria ser reajustado para R\$ 240. Pela Constituição, o projeto da LDO deve ser votado até o final de junho, condição para que os congressistas entrem em recesso em julho. Já o projeto do Orçamento da União para 2004, baseado na LDO, deve ser enviado ao Congresso até o dia 31 de agosto.

No geral, a LDO prevê para os próximos dois anos que a arrecadação federal se manterá nos níveis atuais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), estimado em R\$ 1,6 trilhão para 2004. No documento, o ministro do Planejamento afirma que a reforma tributária a ser encaminhada pelo governo ao Congresso não aumentará, e nem deve reduzir, a carga tributária paga pelos brasileiros. Assim, prevê-se que a arrecadação da União deverá ficar em 2004 em R\$ 415,7 bilhões, o que representa 23,5% do PIB.

O ministro do Planejamento sustenta, na nota técnica que acompanha o projeto da LDO, que os gastos públicos no Orçamento para 2004 devem favorecer as políticas sociais previstas pelo governo Lula da Silva, bem como projetos de infra-estrutura. Diz ainda que o governo pretende reconhecer no ano que vem algumas dívidas, que podem chegar a algo próximo de R\$ 11 bilhões (0,8% do PIB), boa parte oriunda de reavaliação de reajustes em salários e contratos, causados pelos sucessivos planos econômicos nos anos 90.

Projeto prevê juros mais baixos e economia crescendo a 3,5%

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) recebido ontem pelo senador José Sarney prevê que, no próximo ano, haverá queda nas taxas de juros dos títulos do governo e na dívida líquida do setor público, além de crescimento da economia de 3,5% no ano. Conforme a LDO, o primeiro orçamento a ser elaborado pela equipe do presidente Lula da Silva, para o próximo ano, manterá a política de esforço fiscal, com sobra de caixa (superávit primário) de R\$ 55,7 bilhões, os quais serão usados no pagamento de juros da dívida federal.

— No ano que vem, o governo irá manter a atual política de conciliar a austeridade fiscal com o crescimento econômico. Nós achamos que essa conciliação é possível de acontecer — disse o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, logo depois de entregar o projeto da LDO ao presidente do Congresso.

A LDO reflete a estratégia econômica anunciada pelo governo. Em primeiro lugar, é preciso ganhar a confiança dos investidores, pelo controle da inflação e pela redução da dívida pública em rela-

ção ao Produto Interno Bruto (PIB). Quando os investidores não tiverem dúvidas de que o governo está trabalhando para reduzir a inflação e honrar seus compromissos com a dívida, os juros serão reduzidos lentamente. Assim, a taxa nominal de juros dos títulos públicos, hoje em 26,5%, cairá para 14,88% ao ano, em média, no próximo ano. A taxa real (descontada a inflação), que hoje oscila entre 8% e 10%, ficará na média de 8,38% ao ano.

O projeto da LDO não menciona a previsão de inflação para 2004, mas os números embutidos nas previsões apresentadas ao

Congresso trabalham com um índice de 6,5%. "Isso não é uma previsão de inflação para 2004, mas sim um índice misto usado pelo Ministério do Planejamento ao elaborar a lei orçamentária", explicou Guido Mantega. A inflação oficial projetada pelo Banco Central para 2004 é de 5,5%.

Conforme a LDO, a dívida pública líquida dos governos federal, estaduais e municipais baixará em 2004 para 55,07% do PIB — o último número divulgado pelo Banco Central registrava 56%. O projeto que chegou ao Congresso prevê que a relação dívida/PIB cairá para 53,69% e, no último ano

do governo Lula, estará em 51,43%. "A gradual redução desse percentual mostrará aos investidores que temos controle absoluto sobre nossa dívida", assinou o ministro Guido Mantega.

Por sua vez, o crescimento da economia, que ficará em 3,5% em 2004, passaria para 4% em 2005 e para 4,5% em 2006. O câmbio teria pouca variação, exceto para acompanhar a inflação do real. A LDO trabalha com o dólar cotado a R\$ 3,56 em 31 de dezembro do próximo ano, R\$ 3,70 um ano depois e em R\$ 3,84 no último dia do governo Lula — 31 de dezembro de 2006. O dólar fechou ontem abaixo de R\$ 3,10.

Esses números poderão se concretizar, disse o ministro do Planejamento, se forem aprovadas as reformas tributária e previdenciária. E mais: o Congresso terá de prorrogar a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que se encerra neste ano. Implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a DRU permite ao governo usar como quiser 20% das receitas da União que são vinculadas a gastos específicos, entre eles saúde e educação.

Os números da LDO

	2004	2005	2006
Crescimento do PIB	3,5%	4,0%	4,5%
Taxa nominal de juros da dívida do governo	14,88%	12,25%	10,88%
Dólar, no final do ano	R\$ 3,56	R\$ 3,70	R\$ 3,84
Dívida líquida, com reconhecimento de "esqueletos", em relação ao PIB	55,07%	53,69%	51,43%
Receitas não-financeiras – R\$ milhões	415.763,8	454.390,1	494.381,3
Superávit primário do governo federal (sobra em caixa antes do pagamento de juros) – R\$ milhões	55.730,0	60.907,6	66.268,1

Advogado de Antonio Carlos entrega defesa por escrito ao Conselho de Ética

Documento em que senador contesta envolvimento com escuta clandestina na Bahia tem 50 páginas e mais 30 de anexos. Todos os integrantes do conselho receberam cópias

O advogado José Gerardo Grossi entregou ontem à tarde ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), a defesa por escrito do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acusado de ter ordenado escuta clandestina de telefones com a utilização da estrutura técnica da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. O advogado de Antonio Carlos não quis comentar os termos da defesa nem os argumentos do senador.

A defesa tem 50 páginas, com mais 30 de documentos anexos, e não foi lida na reunião de ontem do Conselho de Ética, pois todos os integrantes do órgão receberam

cópias. O senador Juvêncio da Fonseca disse que a defesa por escrito é um direito de Antonio Carlos Magalhães, já que não há um processo em curso, apenas uma instrução sumária em que se

vai decidir se será aberto processo. Juvêncio não quis emitir opinião sobre a conveniência da defesa por escrito, em vez de um depoimento oral diante do conselho. "O senador tem todo o direi-



Advogado José Gerardo Grossi entregou documento ao presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca, que classificou como um direito do senador a escolha da defesa por escrito

to de decidir como apresenta a sua defesa, porque não há um processo formal", explicou o presidente do Conselho de Ética.

Logo após a entrega do documento de defesa de Antonio Carlos Magalhães ao presidente do conselho, ocorreu um incidente na porta do gabinete de Juvêncio da Fonseca. Doze deputados estaduais baianos da oposição entregaram ao presidente do Conselho de Ética um dossiê com denúncias contra o senador, além de um pedido formal de cassação do mandato de Antonio Carlos. No mesmo instante, um homem que se identificou como funcionário público estadual da Bahia interpelou aos gritos os deputados estaduais, chamando-os de "mentirosos" e "canalhas".

Relatório de Geraldo Mesquita Júnior será votado terça-feira

Por 12 votos a favor, 2 contra e 2 abstenções, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu que a leitura e votação do relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) sobre as acusações de escuta telefônica ilegal contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) serão realizadas na próxima terça-feira, a partir das 17h. Depois da reunião do conselho ontem, o relator disse já ter convicção formada sobre o episódio do grampo na Bahia e plenas condições de apresentar um relatório.

O senador Antonio Carlos Magalhães apresentou sua defesa por escrito às 16h, por meio do advogado José Gerardo Grossi, que entregou o documento ao presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). Durante a reunião, os senadores receberam cópias da defesa, que não foi lida em voz alta.

— O senador teve a chance de apresentar a defesa pessoalmente. Como optou pela defesa por escrito, se houver algum prejuízo a responsabilidade é dele — disse Mesquita Júnior após ler

o texto encaminhado por Antonio Carlos Magalhães.

Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Heloísa Helena (PT-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS) pediram um prazo maior — mais sete dias — para que todos os membros do Conselho de Ética pudessem apresentar perguntas por escrito a Antonio Carlos, caso achassem necessário. Heloísa Helena foi além: defendeu que o prazo permitisse também novas diligências e novas audiências de testemunhas, caso algum senador julgasse necessário.

O senador Demostenes Torres argumentou que todos os membros do Conselho de Ética desempenham o papel de juízes e, por isso, podem sentir necessidade de arguir o senador Antonio Carlos por escrito. O relator, com apoio do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), respondeu que a defesa por escrito de Antonio Carlos encerrava a fase de instrução, já que o direito de defesa havia sido plenamente assegurado.

— Só se justificaria o envio de

perguntas por escrito ao senador, para que respondesse também por escrito, se ele estivesse hospitalizado, gravemente doente. Como ele tem comparecido ao Senado, está bem de saúde, não vejo por que enviar e receber perguntas e respostas por escrito — argumentou Mesquita Júnior.

As duas propostas foram postas em votação e venceu a do relator, que já na terça-feira, portanto, apresentará seu relatório para apreciação do Conselho de Ética. Se o relator concluir que Antonio Carlos é inocente e obtiver maioria no conselho, o processo será arquivado. Se considerar que há indícios de culpa, e da mesma forma tiver o apoio da maioria do conselho, pode pedir a cassação de mandato ou propor punições mais brandas, como a suspensão do mandato ou a advertência. Neste caso, o relatório aprovado será enviado à Mesa do Senado, que deverá aprovar ou rejeitar o documento. Caso aprove, será aberto um processo formal no Conselho de Ética.



Maioria do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu apreciar o relatório sobre o caso dos grampos telefônicos já na próxima reunião



Sérgio Guerra considera insuficientes os recursos destinados ao setor

Sérgio Guerra pede investimento em transportes

A retomada do crescimento econômico pressupõe a aplicação de recursos em programas de investimento em infra-estrutura de transportes, defendeu ontem o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE). Ele considerou insuficientes os recursos que o governo federal destinou para o setor no Orçamento.

Na opinião do senador, o total de R\$ 1 bilhão reservado pelo governo representa menos da metade do montante médio anual investido no período 1995/2001 apenas na malha rodoviária federal. Para suprir a necessidade de investimento até 2010 em ações de restauração e expansão da malha rodoviária, de projetos ferroviários de porte, de implantação de trens metropolitanos e metrô, de resolução do problema de inserções urbanas em rodovias e ferrovias, em hidrovias e infra-estrutura portuária, o senador estima que serão necessários cerca de R\$ 8 bilhões.

Sérgio Guerra lembrou que a prioridade na expansão da malha rodoviária foi comandada pelo governo até 1973, com a primeira crise do petróleo, evidenciando a fragilidade de concentrar recursos apenas nesse modelo. Para o senador, a década de 80 representou uma sensível redução do investimento público em transportes. Já na década de 90, o governo optou por enfrentar o problema mediante transferência à iniciativa privada.

Os senadores do PSDB Arthur Virgílio (AM), Eduardo Azeredo (MG), Leonel Pavan (SC), Lúcia Vânia (GO), Antero de Barros (MT), Tasso Jereissati (CE), além de Fernando Bezerra (PTB-RN), Mão Santa (PMDB-PI), Delcídio Amaral (PT-MS), Seres Slessarenko (PT-MT), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apartearam Sérgio Guerra em apoio ao seu discurso.

Líderes prometem votar MP hoje de manhã

Senado marca para as 10h sessão que poderá aprovar medida provisória que permite a transferência de trechos das rodovias federais para os estados. Acordo foi selado depois de longas negociações entre partidos e governo

A medida provisória (MP) que possibilita a transferência de trechos das rodovias federais para os estados deverá ser votada hoje, em sessão do Senado marcada para as 10h. A garantia foi dada ontem pelos líderes partidários e pelo relator do projeto de lei de conversão à MP, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). O presidente do Senado, José Sarney, determinou que as medidas provisórias sejam discutidas e votadas em um prazo máximo de três sessões, evitando a obstrução da pauta do Senado — a MP das rodovias aguarda votação desde 1º de abril.

Os senadores decidiram esperar até o último momento por um acordo entre as bancadas do PSDB e do PMDB e a liderança do governo que permita a votação da medida. O impasse se dá principalmente por um ponto da MP que considera os recursos decorrentes da transferência (R\$ 130 mil por quilômetro de rodovia) como receita líquida dos estados. Desta forma, sobre esses recursos também incidiriam os 13% considerados para pagamento das dívidas



O presidente do Senado, José Sarney, determinou que as medidas provisórias

dos estados com a União.

A expectativa é de que seja aproveitado o encontro do presidente Lula da Silva com os governadores, marcado para discutir termos das reformas previdenciária e tributária, para que se chegue a um acordo sobre este ponto. A alteração tem sido defendida principalmente pelos governadores Aécio Neves, de Minas Gerais, e Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, manifestou confiança no acordo. Ele pediu que a bancada tucana tivesse a mesma

confiança.

— Reafirmo a fé nos líderes no cumprimento do que acertamos. Feitas certas tratativas do governador de Minas com o Palácio do Planalto, votamos amanhã (hoje) — afirmou o líder, durante a sessão de ontem, referindo-se à possibilidade de retirada do dispositivo que trata do cálculo da receita líquida dos estados.

O líder do PMDB, Renan Calheiros, ressaltou a importância de uma votação de consenso — o que, para ele, evitará problemas futuros nas relações do Executivo com os partidos.

— Evitaremos discórdias futuras que não contribuirão para a relação civilizada que se constrói.

Heloísa Helena (PT-AL) avaliou que mais importante do que debater medidas paliativas é discutir a fundo as questões federativas.

— Muitos estados não tem sequer condições de administrar as suas estradas vicinais. Muito se fala de responsabilidade fiscal, mas se altera a legislação por pressão das bancadas e dos governadores — criticou a senadora.

Parecer do relator contempla os interesses dos estados

As alterações propostas pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) na MP das rodovias federais refletem em grande medida as preocupações dos governadores, principalmente os de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Uma das mudanças cria a possibilidade de que municípios também recebam trechos da malha rodoviária federal. Há casos, como o da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, em que isso já foi feito.

O senador propõe a retirada do dispositivo que considera os recursos repassados pela União para efeito do cálculo da receita líquida dos estados, o que aumentaria o endividamento de estados e municípios.

Outra alteração é eliminar a proibição de que os estados, que venham a aderir aos programas de transferência, solicitem créditos referentes a despesas feitas anteriormente com rodovias sob controle da União.



Cabral criou possibilidade de que municípios recebam rodovias federais

— Ou bem os créditos anteriores existem e o governo federal deve ressarcir os gastos dos estados com a manutenção de estradas que não lhes pertencem, ou não existem e não há razão, portanto, para uma cláusula de renúncia ampla e irrestrita — argumentou Sérgio Cabral.

Senadores de MS divergem sobre medida

Durante o debate em torno da medida provisória das rodovias, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) disse temer que o governo de Mato Grosso do Sul faça mau uso dos recursos decorrentes das transferências.

Ele se somou, também, aos protestos do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que apontou para uma dívida preexistente de R\$ 370 milhões da União com Mato Grosso do Sul, decorrente da construção de rodovias federais pelo governo do estado. De acordo com o cálculo

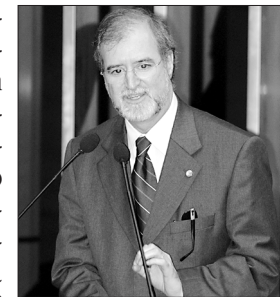
contido na medida provisória, o estado receberia apenas R\$ 130 milhões desse montante. Juvêncio disse que vota contra a MP, entre outras razões, por ela obrigar os estados a renunciar à cobrança de dívidas anteriores junto à União. O senador também salientou que a União pretende transferir mais de 980 quilômetros de estradas ao estado, e “grande parte não tem nem sequer pavimentação”.

Já o senador Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a aprovação da MP na forma do relatório do sena-

dor Sérgio Cabral (PMDB-RJ). “Para criticar, é preciso ler antes”, afirmou. Delcídio enumerou três razões para a aprovação da matéria: a programação para transferência de recursos de até 25% por ano após a aprovação da MP; o fato de que o relatório final já não considera a transferência de recursos como receita líquida, diminuindo o impacto sobre a dívida dos estados; e a retirada, pelo relator, de qualquer proibição da cobrança de créditos pelos estados junto à União.

Azeredo quer cumprimento de acordo feito na Câmara

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez ontem um apelo à base governista no Senado pela manutenção do acordo de lideranças fechado na Câmara dos Deputados em torno da Medida Provisória nº 82, que transfere aos governos estaduais a responsabilidade pela



Para Azeredo, mudança de entendimento prejudica estados

manutenção da malha rodoviária federal. Pelo acerto partidário, as verbas federais repassadas aos estados que investiram recursos próprios na conservação dessas estradas representariam um ressarcimento, e não receita corrente.

Essa mudança de entendimento, capitaneada pelo governo federal, prejudicaria os estados, obrigando-os a devolver 13% dos recursos transferidos para saldar parcelas da dívida com a União. “Só de Minas

Gerais, o governo federal quer de volta R\$ 100 milhões”, revelou Azeredo, afirmando que “não tem sentido” cobrar essa devolução.

Conforme o senador, Minas quer o cumprimento da palavra empenhada pelas lideranças na Câmara. Apesar da “co-

ragem” do governador Aécio Neves para cortar despesas e buscar novas receitas, disse Azeredo, o governo mineiro já estimou um déficit de R\$ 2,5 bilhões para 2003.

Outro fato a motivar protestos do parlamentar é o bloqueio do processo de votação no Senado, provocado por medidas provisórias vencidas, a exemplo da referente à estadualização das rodovias federais. Na sua opinião, é preciso rever a tramitação das MPs.

Jefferson pede reunião para definir exame de medidas provisórias

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) solicitou ontem ao presidente José Sarney a convocação de uma reunião de líderes para resolver definitivamente o problema da tramitação de medidas provisórias (MPs) no Congresso. Quando uma MP não é votada no prazo de 45 dias, nada pode ser apreciado em Plenário. O Senado está com a pauta trancada desde o dia 1º de abril por 18 MPs que precisam ser votadas.

— Ou se leva a sério, ou informa-se à população que o Congresso finge que está trabalhando. O Congresso não aprecia as medidas provisórias porque, se as examinasse, 90% delas seriam rejeitadas por não serem urgentes nem relevantes. O Congresso está enganando a nação, não exerce as funções previstas na Constituição. Se depender de mim, isso vai acabar — afirmou.

O senador sugeriu que os líderes tornem obrigatória a instalação de comissão para examinar as condições de relevância e urgência das MPs. Ele contou que foi informado por um grupo de servidores — que o procurou para pedir apoio a uma

medida provisória — que fazia parte da comissão de apreciação da MP. Ao responder que não integrava a comissão, os servidores lhe mostraram seu nome na documentação.

“Meu nome estava constando como membro de uma comissão que nunca se reuniu e da qual nunca tive conhecimento. Isso é vergonhoso”, lamentou.

Ainda segundo Jefferson, o presidente Lula tem dado prosseguimento à prática dos presidentes que o antecederam na edição de MPs. “Em 100 dias, o governo editou 16 MPs, uma por semana. Não foi diferente de Itamar Franco e Fernando Henrique. Se fosse presidente, eu faria o mesmo, dada a inoperância do Legislativo. Nenhum chefe de governo resiste a receber esse presente que o Congresso lhe dá”, disse.



Jefferson aponta omissão no exame de medidas provisórias

DEBATE NO SENADO

Pós-guerra pode beneficiar Mercosul, diz ministro

As negociações comerciais entre a União Européia e os países que compõem o Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – poderão ser beneficiadas em consequência dos desdobramentos da guerra no Iraque. A previsão foi feita aos integrantes das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, durante audiência pública conjunta realizada na manhã de ontem.

A guerra no Iraque, observou o ministro da Agricultura, produziu diferenças de comportamento entre os países membros da União Européia, com um grupo liderado pela Inglaterra apoiando a coalizão anglo-americana, e o outro, capitaneado pela França, contrário à intervenção



Roberto Rodrigues (com o senador Ramez Tebet) acredita que a União Européia pode se tornar mais flexível

armada. Essa divergência, ponderou, deverá levar a um reordenamento do bloco europeu, com posições que se antagonizam aos Estados Unidos nas negociações internacionais. “Poderá haver uma flexibilização da União Européia nos entendimentos com o Mercosul para que se difi-

cultem as negociações com a Alca”, disse Rodrigues, referindo-se à projetada Área de Livre Comércio das Américas.

O ministro mostrou que essas mudanças na União Européia, que deve incorporar alguns países do Leste Europeu em 2004, podem ser positivas dentro de um cenário de crescente protecionismo internacional. Ele se revelou pessimista em relação aos avanços na próxima rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC), agendada para setembro em Cancún (México). Isso porque na reunião prévia, finalizada no dia 31 de março, Japão, Coréia e União Européia rejeitaram o documento que tentava acomodar as posições dos vários participantes, incluindo a do Brasil, que não abre mão de discutir a questão agrícola.

Rodrigues destaca contribuição do agronegócio e prevê safra recorde

O agronegócio é considerado o setor mais importante da economia brasileira pela contribuição que traz para as contas externas do país e para a geração de emprego e renda. Os números exibidos ontem aos senadores pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, mostram que o agronegócio responde por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), 37% dos empregos do país e 41% das exportações.

– O setor engloba desde a pesquisa agrícola até o produto colocado na gôndola do supermercado, com todas as etapas envolvidas do plantio à industrialização, venda e distribuição – disse, acrescentando que o conceito de *agrobusiness* ou agronegócio surgiu nos anos 50 na universidade norte-americana de Harvard.

O ministro apresentou vários dados que ressaltam a competitividade do setor e o seu avanço no país. De 1990 a 2003, houve um aumento de produtividade na agricultura brasileira de 74%. A área cultivada cresceu 12% no período, enquanto o volume físico da produção aumentou 93%. “Foi um crescimento espetacular de produtividade. Nenhum setor da economia brasileira foi capaz de incorporar tanta tecnologia”, afirmou.

O incremento da produtividade agrícola permitiu que o país aumentasse a produção agrícola sem ter que avançar sobre áreas preservadas. Segundo o ministro, seriam necessários 27 milhões de hectares a mais de plantio para alcançar a taxa de crescimento da produção no período com a mesma taxa de produtividade de 1990.

Além disso, o país tem 90 milhões de hecta-

res disponíveis para a agricultura, correspondendo a áreas já alteradas pelo homem, localizadas na região de cerrados. “Tenho certeza que a Copa do Mundo da produção de alimentos será jogada no Maracanã do Centro-Oeste brasileiro”, comparou Rodrigues, salientando a vocação agrícola dos cerrados, apontados como celeiro do mundo.

A safra de grãos deste ano atingirá 112 milhões de toneladas, uma marca recorde, disse o ministro. O saldo na balança comercial do agronegócio deverá alcançar US\$ 22 bilhões, com aumento de 10% em relação ao ano passado. Rodrigues salientou também a expansão de 50% este ano da colheita de trigo (4,5 milhões de toneladas), produto ainda dependente de importação, e da chamada safrinha de milho (10 milhões de toneladas), importante para a suinocultura e a avicultura.

Para atender o Fome Zero, o ministro calcula que seja necessário um aumento correspondente a 3 milhões de hectares de alimentos. As ações do governo no setor do agronegócio estão sendo desenvolvidas em três frentes: políticas públicas, envolvendo desde investimento em infra-estrutura até programas sociais, como o da agricultura familiar; organização das cadeias produtivas; e negociações internacionais para reduzir o protecionismo.

Rodrigues informou que está propondo programa de renda mínima para os agricultores familiares, buscando, para tanto, o apoio de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Ana Júlia pede política mais dura contra protecionismo no comércio internacional

Uma das autoras do requerimento que resultou no convite ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu que o governo lute pela abertura do comércio internacional e pela derrubada de barreiras contra os produtos agrícolas nacionais. Para ela, somente assim o país poderá trabalhar com a perspectiva de safras crescentes e, conseqüentemente, de ampliação do saldo positivo da balança comercial.

– Como o governo pretende lutar contra as barreiras e enfrentar esse conflito do neoliberalismo? Vamos ficar no nível da contestação ou vamos ter uma política externa mais dura com relação, inclusive, à Organização Mundial do Comércio? – questionou Ana Júlia, que se disse feliz com a aproximação entre União Européia e Mercosul, por entender que essa relação poderá trazer mais benefícios que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Em resposta, o ministro sugeriu que o Brasil deve concentrar suas ações nos fóruns de comércio internacional, pressionando pela redução do estímulo dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental à produção agrícola. É esse subsídio, avaliou Rodrigues, que retira a competitividade dos produtos brasileiros. Ele disse



Ana Júlia defende redução das diferenças regionais na produção agrícola

entender parcialmente argumentos políticos, sociais e até culturais em defesa do protecionismo nesses países, mas acredita que a proteção deve se limitar à produção orientada ao mercado interno.

– O que não pode é que a produção gere excedente para exportação. Com altos subsídios, como nos Estados Unidos, fica fácil oferecer soja para o mundo todo – afirmou.

Ana Júlia mostrou-se interessada na transformação de pequenos proprietários, atualmente distantes da realidade das exportações nacionais, em produtores com acesso a facilidades tecnológicas e creditícias. Para ela, o governo precisa reduzir as diferenças regionais existentes na produção agrícola.

A senadora acredita que a inclusão de micro e pequenos produtores familiares à produção nacional vai transformar o país em uma potência agrícola “de causar medo e espanto”. Ela citou a situação de assentamento de produtores no sul do Pará, em que duas usinas de beneficiamento de leite e de arroz não funcionam por falta de energia elétrica.

O ministro salientou que o melhor caminho para a inclusão dos pequenos produtores é o cooperativismo, área em que sempre atuou. Ele também lamentou que 40% da agricultura nacional não seja eletrificada.

DEBATE NO SENADO

Senadores pedem maior apoio à Embrapa

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR), que assinaram o pedido para a audiência pública com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, reclamaram da não liberação de recursos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Segundo Jucá, apenas 3% do orçamento da instituição para 2003 foi liberado até o momento, o que paralisou as pesquisas, causando prejuízos irreversíveis. Já Arthur Virgílio citou denúncias de que pessoas alheias à pesquisa agrícola estejam sendo nomeadas para diretorias da Embrapa.

Segundo o ministro Roberto Rodrigues, a Embrapa está orientada para dar prioridade ao desenvolvimento da agricultura familiar. Ele também reclamou das restrições orçamentárias e disse que delegacias regionais do ministério estão sob ameaça de ter telefone e energia elétrica cortados por falta de pagamento.

— O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem sido solidário. Acredito que em pouco tempo iremos recuperar essas perdas. A Embrapa é um centro de excelência reconhecido no mundo inteiro — afirmou o ministro da Agricultura, solicitando que os senadores o ajudem a conseguir a liberação de recursos do ministério.

Rodrigues afirmou a Arthur Virgílio que os problemas de colheita e escoamento de soja no Centro-Oeste, por conta das fortes chuvas, estão sendo superados e trarão prejuízos insignificantes. Ele também fez análise das ações necessárias para apoiar a safra de café, por meio da abertura de crédito para a colheita e da realização de leilão de opções para a comercialização.

Uma câmara setorial sobre o assunto, informou Rodrigues, está discutindo uma política de longo prazo para o café nacional. Ele destacou a importância de o país agregar valor à sua produção; afinal,

apesar de ser o maior produtor, tem participação de apenas 1% no mercado de café torrado e moído. Por outro lado, observou, a Alemanha, “sem plantar um pé de café”, é responsável por 25% do setor.

Jucá defendeu que o governo brasileiro, por meio do Ministério dos Transportes, dê prioridade à viabilização de uma saída viária para o Pacífico, a fim de beneficiar o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste e do Norte. Rodrigues afirmou que o presidente do Peru, Alejandro Toledo, já manifestou seu interesse em apoiar a construção de duas pontes sobre o Rio Acre e trechos de ferrovia para que, finalmente, o sonho de integração latino-americana de Simon Bolívar se transforme em realidade.

O senador Romero Jucá convidou o ministro para visitar Roraima, nova fronteira agrícola que, pelo regime climático e localização geográfica, obtém três safras por ano.



Jucá, autor do requerimento, criticou liberação de apenas 3% das verbas da Embrapa



Valadares lembrou que soja tradicional tem produtividade até melhor que a transgênica

Transgênicos devem seguir demanda dos mercados

O ministro Roberto Rodrigues defendeu ontem a produção de alimentos transgênicos, que, na sua opinião, deve respeitar a demanda dos mercados. Ele explicou que os agricultores procuram as sementes geneticamente modificadas pelo barateamento do custo de produção da lavoura, inferior ao do plantio tradicional devido ao menor uso de defensivos agrícolas.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que não há diferença em relação à produtividade obtida pelos dois tipos de produção. A soja no Paraná rende, em média, 2.800kg por hectare, enquanto a produção transgênica nos Estados Unidos é de 2.700kg por hectare.

Rodrigues informou que recentemente foi publicada medida provisória liberando a comercialização da atual safra transgênica, ressaltando que existe decisão judicial proibindo a venda do produto no mercado interno.

— Este ano, 10% da produção de soja nacional é transgênica. Não há como jogar isso para de-

baixo do tapete. Mas o Executivo não vai afrontar a decisão do Judiciário. Tanto que a medida provisória afirma que a comercialização irá seguir a legislação em vigor. Nossa expectativa é de que haja nova legislação permanente para a comercialização — disse.

Segundo o ministro, 70% dos consumidores mundiais não têm restrições aos transgênicos e a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, após rigoroso controle de risco, que é improvável qualquer perigo à saúde humana. Além disso, completou, não se observou qualquer efeito negativo nas populações de países que consomem transgênicos há muitos anos.

O ministro da Agricultura defendeu que o país continue a desenvolver pesquisa no setor de biotecnologia e transgenia, preocupado com a possibilidade de o Brasil ficar atrasado nas pesquisas.

— A biotecnologia permite ganhar tempo com relação ao processo natural de melhoramento genético. O que precisa ser tratado é a ética na ciência — explicou.

Ministro pede apoio ao projeto que melhora o seguro agrícola

O governo pode criar um fundo de estabilização que possibilite o resseguro das operações e a absorção de parte do prêmio pago pelo seguro agrícola. O ministro Roberto Rodrigues, ao ser indagado pelo por Osmar Dias (PDT-PR), pediu aos senadores que apoiem o projeto em tramitação no Congresso Nacional.

Ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro pregou a importância do cooperativismo. À senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), disse

que uma legislação trabalhista modernizada dará melhores condições de trabalho às mulheres no campo. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi informado de que o governo planeja realizar em 2004, no Nordeste, uma feira agrícola para divulgar as tecnologias para o semi-árido desenvolvidas pela Embrapa. Em resposta a Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Rodrigues prometeu defender o refinanciamento das dívidas dos agricultores afetados pela seca.

Arthur Virgílio e Jucá apontam contradições

A solução para combater a exclusão social e diminuir a tensão no campo, de acordo com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, é a realização de uma reforma agrária. A declaração foi feita durante a audiência pública de ontem, em resposta aos senadores Romero Jucá e Arthur Virgílio.

Para o ministro, essa opinião é compartilhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pretende fazer a reforma agrária “sob o império da lei” e sem estimular invasões e violência no campo.

Rodrigues condenou propostas que limitam o tamanho das propriedades rurais. Segundo declarou, a terra tem função social e deve ser vista apenas como a base para investimentos e aplicação de tecnologia para que haja produção. Ele criticou modelos fracassados de estatização da produção e afirmou que os modelos que dão certo devem ser premiados.

Para Arthur Virgílio, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixou de ser um movimento social, já que “exorbita e vive o delírio da re-

volução zapatista”. Assim como Jucá, Virgílio se disse preocupado com a tensão no campo, que pode levar ao desestímulo a novos investimentos. Mas, ressaltou Virgílio, se o ministro está tranquilo quanto ao assunto, ele também ficará tranquilo, mesmo temendo que o MST possa gerar problemas ao presidente.

Arthur Virgílio acredita que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, é dubio quanto às invasões de terra, o que intranqüiliza o setor rural, tanto que há notícias sobre o aumento da tensão no campo, inclusive a suposta formação de milícias armadas em algumas regiões.

Jucá vê “dicotomia” no governo Lula, que teria, ao mesmo tempo, “um ministério do produtor e um ministério do invasor”, referindo-se, respectivamente, aos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Para



Arthur Virgílio acusou o MST de viver o “delírio zapatista” e estimular a tensão no campo

ele, o ministro Miguel Rossetto, se pudesse, aplaudiria e até apoiaria as invasões ou a falta de providências contra invasões de terra pelo MST. “Essa tensão no campo atrapalha o processo de produção”, observou.

Virgílio lembrou que o governo Fernando Henrique Cardoso, do qual foi líder na Câmara dos Deputados, assentou 60 mil famílias. “O que interessa é que a reforma agrária seja feita”, avaliou. Rodrigues afirmou que o governo não pretende quebrar o recorde de assentamentos do governo anterior, mas dar melhores condições de trabalho às famílias assentadas.

Mão Santa: Piauí é um dos maiores centros de caprinocultura



Roosevelt Pinheiro

Mão Santa destaca potencial agrícola do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) discursou ontem sobre as potencialidades agrícolas e de agronegócios de seu estado, que possui um dos mais importantes recursos hídricos do Nordeste. O Piauí já produz e exporta castanha de caju, frutas e cera de carnaúba e transformou-se no segundo maior centro de caprinocultura, dispondo de curtumes de nível internacional, informou.

Segundo ele, o Delta do Rio Parnaíba tem condições de se tornar grande centro de produção de camarão e outros crustáceos, e as fazendas da região já se preparam para exportar. O senador lembrou que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, afirmou, em audiência pública no Senado, que a solução para a crise de balanço de pagamentos no Brasil está nos agonegócios.

De acordo com Mão Santa, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conhece as belezas de grande apelo turístico e as potencialidades do estado. Ele ressaltou que o estado é a última fronteira agrícola do país, com 11 mil hectares de cerrado, dos quais 3 mil banhados pelo Rio Parnaíba, que já produzem 300 mil toneladas de soja, além de milho, feijão e outros grãos.

— O Piauí não pode permanecer sendo um buraco esquecido. As pessoas de Guaribas e Acauã não estão passando fome, porque dispõem de uma safra recorde de feijão. Elas precisam é de rodovias em bom estado para escoar sua produção, trocando-a por outros alimentos.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o sertão piauiense se tornou um jardim de produção graças à coragem de seus habitantes. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o Piauí tem obrigação de preservar seus mananciais de água doce, cuidando das florestas e dos rios, apesar de o Brasil estar na confortável posição de possuir 12% das reservas de água doce do planeta.

Tourinho critica projeto que reduz recursos da CTpetro

Proposta, em tramitação na Câmara, amplia a desvinculação de verbas destinadas ao financiamento da pesquisa aplicada à indústria petrolífera

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a rejeição do projeto de lei, de iniciativa do Executivo e em tramitação na Câmara dos Deputados, que amplia a desvinculação dos recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural (CTpetro). Conforme o CTpetro, parcela dos royalties provenientes da produção de petróleo e gás natural é destinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria petrolífera.

Segundo o senador, a aprovação do projeto reduzirá os recursos destinados à pesquisa. Rodolpho Tourinho destacou que, desde julho de 2001, o governo vem diminuindo os recursos que deveriam ser aplicados no CTpetro. Inicialmente foi aprovado projeto de lei desvinculando

em até 25% as aplicações no ano de 2001. Em seguida, afirmou, medida provisória estendeu a decisão para o exercício de 2002.

O projeto de lei enviado em agosto do ano passado para a Câmara propõe a desvinculação dos recursos do CTpetro dos atuais 25% para 50%, por prazo indefinido. Tourinho relatou que, desde 2001, verifica-se significativa redução nos investimentos realizados pelo CTpetro, apesar de a arrecadação dos royalties ter crescido durante esse período.

— A seqüência dos fatos configura, de forma inequívoca, o desvirtuamento da Lei do Petróleo, na medida em que os recursos ali citados têm sido destinados a fins



Jane de Araújo

Tourinho: desvinculação, que vem ocorrendo desde 2001, pode chegar a 50%

que não os estabelecidos em seus dispositivos. Lembro que a lei foi aprovada pelo Senado e pela Câmara com metas e objetivos bem definidos — afirmou.

Em aparte, os senadores José Jorge (PFL-PE) e Roberto Saturnino

(PT-RJ) apoiaram Tourinho e manifestaram a intenção de trabalhar para que não haja a desvinculação. Os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e César Borges (PFL-BA) destacaram a atuação política de Tourinho como secretário da Fazenda do governo da Bahia e como ministro de Minas e Energia na gestão de Fernando Henrique Cardoso. César Borges também apoiou a luta pela rejeição do projeto.

César Borges quer garantir verbas para o metrô de Salvador

O senador César Borges (PFL-BA) fez apelo ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, para o imediato repasse de recursos destinados às obras do metrô de Salvador, ameaçadas de paralisação por falta de dinheiro. As verbas estão retidas desde o ano passado e somam R\$ 14 milhões do Banco Mundial e R\$ 3 milhões provenientes da União, informou. “São 900 empregos diretos e 3 mil indiretos na iminência de serem perdidos”, alertou.

César Borges lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia afirmado que seu governo não iria paralisar obras públicas já em andamento. Conforme disse, estão previstos para 2003 repasses de R\$ 41 milhões do Banco Mundial e R\$ 29 milhões do governo federal. Sem esses recursos será inviabilizada uma construção em que 50% das obras civis já estão concluídas, informou.

Segundo o senador, a obra foi iniciada em janeiro de 2001 por força de engenharia financeira em que 50% do orçamento de US\$ 307,8 milhões ficaram sob a responsabilidade do Banco Mundial; 30% do estado da Bahia, prefeitura de Salvador e iniciativa privada; e 20% a cargo do governo federal. O metrô, disse, aliviará as dificuldades de transporte urbano.



Roosevelt Pinheiro

César Borges disse que obras estão ameaçadas de paralisação

Ana Júlia elogia ações de madeireiras em favor do meio ambiente

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) saudou iniciativa da Associação das Indústrias Madeireiras de Marabá que está desenvolvendo projeto de reflorestamento de área degradada. O programa também prevê a implantação de floresta de uso múltiplo em áreas de reforma agrária e microrregiões do sudeste do Pará.

A senadora visitou a região sexta-feira passada.

Segundo Ana Júlia, a iniciativa é exemplo de como os empresários podem empreender ações que não agridam o meio ambiente e atendam à necessidade do mercado. O preço da madeira retirada da floresta tropical vem caindo, disse, enquanto aumenta a procura por fibras de madeira reconstituída. Ana Júlia acentuou que o projeto, aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conta hoje com banco de sementes e laboratórios.

A iniciativa, de acordo com a senadora, prova o que ela tem defendido: a implementação de modelo de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e seja economicamente viável.

A senadora também elogiou a iniciativa do sindicato rural da região de Marabá, que fará leilão de 3 mil bezerros para doar o dinheiro ao programa Fome Zero.



Jane de Araújo

Segundo Ana Júlia, programa prevê criação de florestas de uso múltiplo

CAE arquiva proposta sobre fila em bancos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o arquivamento de dois projetos. Parecer do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) trata da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Barretos (SP) para obrigar instituições bancárias a atenderem os clientes em no máximo 15 minutos. Tourinho explicou que a competência para regulamentar o assunto é do Banco Central. Durante o debate, Roberto Saturnino (PT-RJ), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) externaram preocupação com a demora imposta pelos bancos no atendimento aos cidadãos.

Por concordarem com a observação, Tourinho e o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), determinaram elaboração de requerimento de informações ao Banco Central sobre os motivos dessa demora, a legalidade da cobrança de taxas bancárias e o que pode ser feito para melhorar a qualidade de atendimento à população.

Já o parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também aprovado, indicou o arquivamento de ofício que autorizaria os municípios a acessarem recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM). A matéria, disse, já está regulamentada.

Adiada decisão sobre dívida do Rio Grande do Sul

Foi adiada para terça-feira, dia 22, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a votação do projeto de resolução que autoriza o governo do Rio Grande do Sul a emitir letras financeiras cujos recursos, no valor de R\$ 70,4 milhões, serão destinados à liquidação de parcelas da dívida mobiliária vencidas em 15 de maio e 15 de novembro de 2001.

A solicitação do governo do Rio Grande do Sul seria votada ontem, mas pedido de vista coletivo, encabeçado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), adiou a decisão. Fernando Bezerra e a maioria dos senadores presentes à reunião querem ouvir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre a viabilidade da operação.

O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), é favorável à aprovação do refinanciamento da dívida mobiliária do estado, destinada ao pagamento de precatórios judiciais. Ele disse que a solicitação está em conformidade com a isonomia federativa, em analogia a outras situações examinadas pela Casa.

Segundo Suplicy, as finanças públicas do Rio Grande do Sul estão estáveis, e a liberação de R\$ 70,4 milhões para pagamento de dívidas não irá desestabilizar os cofres públicos.

Embaixador cubano debate condenação de dissidentes

Diplomata e deputados participam hoje de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, anuncia Eduardo Suplicy

O embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Lezcano Pérez, deverá prestar informações na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a condenação de 75 dissidentes do regime cubano a penas que variam de seis a 28 anos de cadeia. Também deverão participar da reunião da CRE, marcada para hoje, às 11h, o vice-presidente da Assembléia Nacional de Cuba, Jaime Crombet,



Suplicy: senadores questionaram repressão a opositores em Cuba

os deputados Ramon Ferro e Kenia Serrano e a assessora da Comissão de Relações Internacionais cubana, Ada Martinez. A comunicação foi feita ontem em Plenário pelo presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A visita dos deputados cubanos ao Senado fora anteriormente marcada. Eles debaterão com os parlamentares brasileiros as possibilidades de intercâmbio en-

tre os dois países nas áreas cultural, comercial, econômica e tecnológica. Aproveitando a ocasião, Suplicy convidou o embaixador cubano e sugeriu a inclusão na pauta das discussões os recentes acontecimentos em Cuba, que culminaram na condenação à morte de três cidadãos daquele país acusados de liderar o seqüestro de uma balsa.

– Nós teremos oportunidade de

interagir com os membros da Assembléia Nacional de Cuba sobre esses graves episódios que levaram o prêmio Nobel (de Literatura) José Saramago a comentar que “a dissidência é um direito que se encontra e se encontrará inscrito com tinta invisível em todas as declarações de direitos humanos passadas, presentes e futuras. É um ato irrenunciável de consciência” – citou Suplicy.

O presidente da CRE lembrou que o convite ao embaixador cubano foi motivado por pronunciamento feito na semana passada por Jefferson Péres (PDT-AM), criticando o regime de Fidel Castro, e por sugestão feita segunda-feira por Romero Jucá (PSDB-RR). Além de sugerir o convite ao embaixador, Jucá propôs que Suplicy organizasse uma comissão de senadores para ir a Cuba interceder em favor dos dissidentes cubanos presos.

Sarney acerta detalhes de visita ao México

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a embaixadora do México, Cecilia Soto, com quem conversou sobre sua próxima visita àquele país, para participar de um encontro de ex-presidentes da República da América Latina, na primeira semana de maio.

A embaixadora informou que fará parte da agenda reunião com o presidente da República do México, Vicente Fox, e destacou o interesse despertado pela presença de Sarney em seu país, em especial devido à sua larga experiência na construção de alianças e pactos políticos.

– O México tem menos tradição nas alianças, e por isso estamos acompanhando de perto o exemplo brasileiro. No momento, nossos dois países passam por transições visando aprofundar a democracia: o presidente Vicente Fox inaugurou a alternância no poder no México, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva é o primeiro presidente operário da América Latina – disse a embaixadora.

AUSTRÁLIA

José Sarney também recebeu ontem o embaixador da Austrá-



A embaixadora Cecilia Soto conversa com José Sarney sobre encontro de ex-presidentes da República no México

lia, John Sullivan, acompanhado pelo senador José Jorge (PFL-PE), para conversar sobre a recente formação, no Congresso Nacional, do Grupo Parlamentar Brasil-Austrália.

– Os dois países têm pontos comuns a defender nas mesas de negociação internacionais, principalmente na área agrícola, pois os países do Primeiro Mundo costumam subsidiar exatamente os produtos que Brasil e Austrália exportam, o que prejudica suas economias – informou José Jorge, que é integrante do grupo.

De acordo com José Jorge, o embaixador veio informar Sarney do convite australiano para que uma delegação parlamentar brasileira visite a Austrália, retribuindo a vinda de um grupo daquele país ao Brasil.

STM

Sarney ainda recebeu em seu gabinete o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), almirante-de-esquadra Carlos Eduardo Cezar de Andrade, em sua primeira visita após assumir o cargo, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.



Paulo Octávio preside encontro da Subcomissão de Turismo, que aprovou parceria com a Confederação Nacional do Comércio

Subcomissão vai realizar fórum sobre o turismo

A Subcomissão de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propondo que as assembleias estaduais sejam convidadas a enviar representantes ao fórum que se realizará no âmbito da subcomissão, com a finalidade de debater o turismo e as legislações estaduais e municipais.

Por sugestão do presidente da subcomissão, senador Paulo Octávio (PFL-DF), o fórum será realizado juntamente com o Congresso Brasileiro de Turismo, previsto para os dias 24 a 28 de novembro próximo.

Na ocasião, segundo ele, além de debaterem o aperfeiçoamento da legislação do setor, serão discutidas propostas para aumentar o número de turistas locais e estrangeiros, bem como a expansão do número de empregos ofereci-

dos pela indústria do turismo.

De acordo com Leonel Pavan, muitas das iniciativas que o Senado tem tomado precisam de continuidade na esfera estadual.

PROJETOS

Paulo Octávio distribuiu aos integrantes da subcomissão cerca de 40 projetos sobre os vários aspectos do turismo, que no momento estão em andamento no Congresso.

A Subcomissão de Turismo também aprovou proposta do seu presidente, que prevê parceria com a Confederação Nacional do Comércio. De acordo com Paulo Octávio, a CNC está disposta a apoiar na organização, administração e no acompanhamento das atividades da subcomissão. O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que essa parceria seja ampliada de modo a incluir o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – Sebrae.

Renildo Santana aponta avanços em Sergipe

O senador Renildo Santana (PFL-SE) fez um balanço dos primeiros dias da administração de João Alves Filho, governador de Sergipe, também do PFL. Para ele, as ações até agora implementadas pelo governo sergipano indicam que, nos próximos quatro anos, o estado se tornará “um exemplo de desenvolvimento sustentável, de justiça e, principalmente, a prova de como uma administração eficiente traz mudanças substanciais na vida de uma comunidade”.

Santana destacou o trabalho da secretária de Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Traba-



Renildo Santana faz balanço positivo do governo João Alves Filho

lho, Maria do Carmo Alves, senadora licenciada. A secretária foi responsável pelo programa Tá na Mesa, o projeto de Alimentação Saudável, a construção e recuperação de casas populares e a instalação do Conselho dos Direitos da Mulher.

Renildo Santana apontou iniciativas do governo estadual na titulação de professores, o fim do redutor salarial, a realização de concurso público para mais de mil professores, a implantação de um cursinho pré-universitário público, a regionalização da saúde e o esforço para convencer a Petrobras a sediar sua nova refinaria no estado.

Paim quer ampliar benefício a deficiente

Senador propõe mudança com o objetivo de estender salário mínimo a todos os carentes portadores de deficiência. Ele explica que, pela lei atual, o pagamento está restrito a pessoas com “vida meramente vegetativa”

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) muda a definição de portador de deficiência na Lei Orgânica da Assistência Social. O intuito do senador é possibilitar que todas as pessoas carentes portadoras de deficiência possam receber o benefício de prestação continuada.

A legislação em vigor estabelece que a pessoa portadora de deficiência “é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho”. O parlamentar quer alterar essa definição, passando a qualificar o deficiente como a pessoa “que sofre limitação substancial em sua capacidade mental, física ou emocional que dificulta a sua sobrevivência e o exercício de atividade remunerada”.

O benefício de prestação continuada é definido na lei como “a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais que comprovem não possuírem meios para a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família”. Paulo Paim afirma, na justificativa do projeto, que a lei restringe o pagamento do benefício apenas às pessoas portadoras de deficiência que estejam “levando uma vida meramente vegetativa”.

A proposição também garante o recebimento desse benefício para o portador de deficiência que ganhe até um salário mínimo e tenha perdido sua ocupação. De acordo com o projeto, o benefício começará a ser pago após os cinco meses de seguro-desemprego a que fazem jus todos os trabalhadores, deficientes ou não.

O senador acrescenta que, “como garantia de que a medida se destina ao portador de deficiência realmente necessitado”, terão direito ao benefício apenas aqueles que recebam até um salário mínimo mensal, quando empregados. Segundo Paim, “o projeto propug-

na pela flexibilização dos requisitos estabelecidos pela lei para o reconhecimento do direito ao benefício assistencial aos portadores de deficiência, de sorte a impedir a discriminação daqueles que exerçam alguma atividade compatível com sua deficiência”.

O projeto tem caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, ou seja, cabe ao órgão a decisão final sobre a matéria, a não ser que requerimento apresentado por no mínimo nove senadores peça sua votação em Plenário. Não foram apresentadas emendas à proposta, para a qual ainda não há relator.



Jane de Araújo

Paim defende ajuda a deficiente que, quando empregado, recebia até um salário mínimo



Célio Azevedo

Proposta de Delcídio garante atendimento preferencial em hospitais públicos e privados

Idosos deverão ter prioridade em hospital

Os hospitais públicos e privados podem ser obrigados a ter ambulatórios e unidades de internação para atender preferencialmente idosos, conforme projeto do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que tramita, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso aprovada, a proposta seguirá para exame da Câmara, salvo se um décimo dos senadores requerer deliberação em Plenário.

Para o parlamentar, situações comuns de prioridade a pessoas com mais de 65 anos em filas de banco e supermercado não ocorrem nos hospitais. “São poucos os que possuem ambulatórios voltados para o atendimento preferencial aos idosos, realidade que pretendemos modificar. Isso não implicará grandes custos para os hospitais, mas terá amplo alcance social”, diz o senador.

A instituição infratora estará sujeita a pagar multa de até R\$ 10 mil por mês, estabelece o projeto.

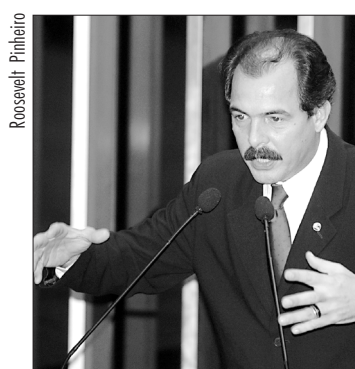
Projeto garante uniforme a alunos da rede pública

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo, projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que determina a distribuição gratuita de uniformes escolares para alunos da rede pública da 1ª à 8ª série.

A proposta estabelece que o uso do vestuário seja obrigatório e padronizado, ficando a critério do Ministério da Educação fixar as normas e procedimentos gerais para estabelecer o modelo e sua distribuição. As despesas com o fornecimen-

to de uniformes deverão ser cobertas pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de acordo com o projeto.

Mercadante sugere que as secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios definam as especificações do uniforme escolar usado nas escolas sob sua jurisdição. Segundo ele, o vestuário padronizado e adaptado às condições climáticas locais e respeitando as preferências culturais de cada comunidade elimina diferenças que inferiorizam e discriminam as crianças oriundas de famílias mais pobres.



Roosevelt Pinheiro

Recursos para uniformes virão do Fundo de Combate à Pobreza, afirma Mercadante

– Trata-se de uma medida de democratização do ambiente escolar, convergente com outras iniciativas voltadas para a inclusão social das famílias carentes – explica o senador na justificativa do projeto.

Adesivo que sugere delito pode ser proibido

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar ainda no primeiro semestre projeto de lei de autoria do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que proíbe a colocação de adesivos e similares na superfície dos veículos com a intenção de simular atividades ilícitas, como marcas de tiro ou mãos que saem de porta-malas.

Para o senador, tais atitudes de alguns motoristas, “inconseqüentes e irresponsáveis”, acabam gerando uma falsa demanda na vistoria de veículos, resultando na diluição de recursos e esforços que, a seu ver, poderiam estar concentrados na apuração de ocorrências reais.

A proibição, ao ser inserida no Código de Trânsito Brasileiro, na visão de Valmir Amaral, irá facilitar o trabalho de fiscalização, dotando, ao mesmo tempo, as autoridades competentes de um instrumento jurídico que permita a retirada de adesivos e outros materiais que possam induzi-los a esse tipo de engodo.



Jane de Araújo

Autor do projeto, Valmir Amaral quer incluir proibição no Código de Trânsito Brasileiro

Criada em fevereiro de 1996, a TV Senado completa sete anos. Nasceu com a tarefa de ser uma televisão plural e de mostrar na íntegra e sem censura os trabalhos legislativos.

7 ANOS

Subcomissão busca integrar criança pobre

Lúcia Vânia defende a união de políticas destinadas às áreas de educação, cultura, saúde, assistência, formação profissional, lazer e emprego. Novo órgão é também voltado para o adolescente



Patricia Saboya anunciou que grupo parlamentar vai instituir coordenadorias regionais

Patrícia compõe frente em defesa dos menores

A Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente elegeu ontem sua nova coordenação. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e as deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP) vão integrar o núcleo principal da frente, que, pela primeira vez, contará com representantes das duas Casas do Congresso Nacional.

A coordenação terá ainda a participação de outros cinco parlamentares, encarregados de representar as regiões do país.

De acordo com Patrícia Saboya, a idéia do grupo de estabelecer coordenadorias regionais visa estimular a criação de frentes parlamentares nos estados e nos municípios, com o objetivo fortalecer as iniciativas locais em favor dos direitos da criança e do adolescente em todo o país.

Com 117 deputados e 22 senadores, a frente deve acompanhar as propostas relacionadas à criança e ao adolescente em tramitação no Congresso Nacional e monitorar as políticas públicas em favor dos menores.

Dois assuntos mobilizam os parlamentares da frente: o debate sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e a aprovação de propostas capazes de fortalecer os mecanismos de repressão e punição dos responsáveis por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O grupo é contra os vários projetos de lei que propõem a redução da maioridade penal.

— Não é justo culpar a juventude pela insegurança no país — afirmou Patrícia Saboya.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou o início dos trabalhos da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em discurso ontem, no Plenário, ela afirmou ser “necessário garantir a integração entre as políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, formação profissional, renda, lazer, esporte e emprego”.

Lúcia Vânia preside a subcomissão, que tem como relatora a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). De acordo com a senadora por Goiás, a criação do órgão foi determinada pelos “imperativos éticos da responsabilidade social



Lúcia Vânia prega redução das desigualdades socioeconômicas na infância e na juventude

e da solidariedade”. Ela disse também que sua missão será fazer “uma profunda reflexão sobre as alternativas de superação das de-

sigualdades socioeconômicas que se reproduzem” na infância e na juventude.

— A inclusão social dos jovens e adolescentes, principalmente pobres, requer desse Parlamento uma ação efetiva, capaz de fortalecer a criação de um sistema de políticas públicas para jovens e adolescentes, uma vez que as políticas universais ainda não foram capazes de responder às necessidades desse grande contingente populacional — afirmou.

A senadora lembrou ser o Brasil um país de jovens, com 48,6 milhões de pessoas entre dez e 24 anos, representando 31% da população. Mas 19% dos brasileiros

entre 15 e 19 anos têm menos de quatro anos de estudo, índice que chega a 37% no Nordeste.

Lúcia Vânia disse que houve uma expansão de 78% nas matrículas no ensino médio entre 1994 e 2002, alcançando 8,7 milhões, mas destacou que o Brasil ainda está abaixo do Uruguai e da Argentina, parceiros no Mercosul. Ela citou também dados do Ministério da Saúde segundo os quais 16% dos jovens entre 16 e 19 anos já utilizaram algum tipo de droga. As informações do ministério indicam ainda que, no ano 2000, um milhão das mulheres que se tornaram mães eram adolescentes, acrescentou.

Valadares: falta de políticas sociais aumenta a violência

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou a falta de acesso à saúde, ao lazer, à cultura e ao trabalho como principal causa do aumento da violência no Brasil. Para ele, essa ausência de políticas sociais atinge mais fortemente os adolescentes pobres.

— Excluídos de todo um sistema consumista e de valores que não representam sequer seus tipos físicos, eles encontram na quadrilha de narcotráfico a aceitação que não encontram na sociedade — afirmou.

Valadares informou que em 2000 foram assassinados 17.662 jovens no Brasil. Com relação à mortalidade nessa faixa etária, o país só perde para a Colômbia e Porto Rico, observou. Já o desemprego, que em 1980 atingia 2,2% da população economicamente ativa (PEA), passou a 15% em 2000, informou. Isso fez com que o país saltasse do 91º para o 23º lugar no ranking do desemprego entre as nações, acrescentou.

Ele apresentou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que atestam uma perda de rendimento do trabalhador brasileiro de 0,74% nos oito anos do Plano Real (1994-2002). Citou também a revista *A Herança Maldita*, publicada pelo deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG), segundo a qual a ausência de política social “multiplicou por três o desemprego no país: de 4,5 milhões de pessoas em 1995 para 11,5 milhões em

2002 — na média, um milhão de desempregados a mais por cada um dos últimos oito anos”.

O parlamentar mencionou ainda informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, registrando que houve aumento nas taxas de homicídio de 13 capitais, incluindo Aracaju (SE), onde esse incremento foi de 61,11%, se comparado o primeiro semestre de 2002 com igual período do ano anterior.

— Esses dados muito bem espelham a realidade da criminalidade no Brasil. Esse aumento foi devido ao empobrecimento de nossa nação. Afinal de contas, a criminalidade e a violência são fenômenos cuja origem se deve essencialmente a fatores de natureza econômica: privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou assustadoras as estatísticas sobre a violência.



Valadares afirma que jovens sem assistência são atraídos pelas quadrilhas de narcotráfico



José Sarney informou a um grupo de deputados que vai conversar com lideranças sobre possibilidade de votar matérias neste semestre

Vetos ao plano de educação podem ser examinados logo

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem, durante audiência concedida a um grupo de deputados, que vai conversar com as lideranças partidárias no Congresso Nacional sobre a possibilidade de colocar em votação, ainda neste semestre, nove vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Sarney, que recebeu pleito da Campanha Nacional pela Educação contendo 5 mil assinaturas a favor da derrubada dos vetos, garantiu aos deputados sua “absoluta solidariedade” à causa educacional. O senador esclareceu que a limpeza da pauta do Congresso está entre suas prioridades, vindo logo após a votação das medidas provisórias, mas advertiu que deverão fazer um trabalho de intensa mobilização para conseguir o quórum necessário, quando chegar o momento da votação.

— O presidente Sarney mostrou-

se bastante sensível a nossa reivindicação, que é de votar até junho, para que a derrubada dos vetos influencie a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual — disse o deputado Ivan Valente (PT-SP).

Os deputados disseram a Sarney que a derrubada dos vetos tem o apoio do ministro da Educação, Cristovam Buarque, já que eles representam o corte de verbas consideradas essenciais ao combate ao analfabetismo, ao estímulo à permanência dos estudantes nas escolas e à melhoria e expansão do ensino superior público. O texto aprovado no Congresso previa a elevação em 7% dos gastos com educação no país.

Compareceram também à audiência a vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara, Raquel Teixeira (PSDB-GO), e a coordenadora do Núcleo de Educação do PT, Iara Bernardes.

Mercadante: aprovação das reformas é tarefa de todos

Líder do governo no Senado afirma que debate sobre as mudanças nos sistemas tributário e previdenciário não pode ser pautado na paternidade das propostas. “Devemos discuti-las no mérito”, defendeu

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, exortou as lideranças políticas a pautarem os debates sobre as reformas tributária e previdenciária em questões de mérito, deixando de lado tentativas de estabelecer “a paternidade das propostas”.

— A aprovação das reformas não é tarefa apenas do governo federal. É um problema também dos estados e municípios. Aprová-las é questão de inclusão social, justiça social. Devemos discuti-las no mérito e não na paternidade, porque cabem todos nas reformas — disse o senador, em resposta a pronunciamento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). O senador pelo Amazonas criticou declarações do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, sobre os motivos da oposição do PT às reformas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Mercadante comemorou os recentes índices positivos na economia para, em seguida, alertar o



Aloizio Mercadante comemorou os índices positivos da economia registrados nos últimos dias

Plenário sobre a necessidade de aprovação das duas principais reformas para transformar em tendências duradouras o superávit comercial, o crescimento das exportações e as quedas da inflação e do dólar.

— O governo tem a apresentar uma melhora que será duradoura e que decorre dos esforços feitos para diminuir as vulnerabilidades da economia. A continuidade desse caminho depende das

reformas previdenciária e tributária, por isso proponho debate consistente e qualificado.

O líder do governo elogiou os esforços do Executivo na construção de uma proposta que seja fruto do entendimento nacional. Para ele, as reformas devem trazer impactos positivos para a atividade produtiva. O senador citou mu-

danças na cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), na cobrança previdenciária sobre o faturamento (desonerando as empresas que geram mais empregos) e na aposentadoria do servidor público como decisões importantes que constarão das propostas a serem enviadas ao Congresso.

Senador lamenta críticas a atuação do PT

Aloizio Mercadante lamentou as críticas dos que culpam o PT pela não aprovação das reformas no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele lembrou que o partido tinha propostas para as duas áreas e que, especificamente no que diz respeito às alterações no sistema tributário, trabalhou de “forma árdua” pela construção de uma proposta. “A reforma tributária nunca foi prioridade para o governo passado”, disse.

Posição idêntica foi manifestada pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA). Segundo Tião Viana, o PT está mostrando que é possível fazer alianças com amplos setores da sociedade brasileira.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) insistiu na necessidade de os petistas reconhecerem o erro de sua posição contra as reformas no governo passado.

— Houve o erro e, mais bonito do que confessar, é admitir que nós não temos o direito de errar diante de uma exigência da história.

César Borges quer benefício a estado que exportar mais

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou projeto de lei que autoriza a União a conceder desconto no pagamento dos juros a ela devidos por estados e Distrito Federal nos contratos de refinanciamento da dívida mobiliária. Conforme a proposta, os índices de desempenho das entidades federadas nas exportações e no saldo comercial externo devem ser os critérios para concessão do abatimento. A proposta tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ou seja, seguirá direto para a Câmara dos Deputados se não for rejeitada nem receber recurso de pelo menos nove senadores para apreciação em Plenário.

Pelo projeto, estados cujas exportações registrarem crescimento superior a 30% terão descontos de 5% a 25%. O cálculo teria por base o mês de referência e os 11 anteriores. Quanto ao segundo critério, o desconto máximo seria de 10%, para os estados que obtiverem saldo comercial positivo maior que 20% do valor das exportações. O saldo seria apurado a partir de dados relativos aos últimos 12 meses.

O cálculo dos indicadores caberia ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que deve utilizar informações do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). O desconto seria dado sobre a parcela mensal de juros devida no mês subsequente.

A proposta determina ainda que os recursos oriundos dos descontos sejam aplicados em programas estaduais de incentivos à exportação, em capacitação do funcionalismo em comércio exterior, em investimentos em saúde e em áreas a critério das administrações estaduais. O senador profere em seu projeto a aplicação do benefício em despesas de pagamento de pessoal.

Para César Borges, o aumento das exportações deverá gerar dólares, empregos e renda.

Arthur Virgílio exige explicações do presidente da Câmara

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), exigiu explicações do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, sobre declaração divulgada pela imprensa de que o PT teria votado contra as reformas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso apenas para chegar ao poder. “Ele beirou o cinismo e o desrespeito”, afirmou.

Arthur Virgílio classificou a declaração de João Paulo como “maquiavelismo de província, algo canhestro”, e denominou o deputado de “Macunaíma parlamentar”. O senador condenou o que, a seu ver, é falta de compromisso ético com o país e com as reformas. “Em política, o mais importante é a manutenção da coerência”, disse. Segundo ele, João Paulo teria dito, nas entrelinhas, “dane-se a nação, dane-se a ética, danem-se os famintos”. Para Virgílio, “o que interessava mesmo era impedir que o governo Fernando Henrique deslanchasse”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que ele e muitos parlamentares do PT não concordavam

com a declaração de João Paulo, porque ela não reflete a atuação do partido ao longo de sua existência. Ele lembrou que, em muitas oportunidades, o PT votou favoravelmente a propostas de outros parlamentares, como a do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que criou o Fundo de Combate à Pobreza.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), lamentou a declaração do presidente da Câmara dos Deputados e que ele “não tenha tido tempo de procurar seus companheiros de partido para explicar”.

Agripino cobra mudanças prometidas na campanha

O senador Agripino Maia (PFL-RN) lembrou o *slogan* do então candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva logo após a eleição (“A esperança venceu o medo”) para perguntar: “Esperança de quê?” Segundo ele, seria a esperança de ruptura do modelo econômico, ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “O que vem sendo praticado não é o que foi



Arthur Virgílio: declaração do deputado João Paulo é maquiavélica e canhestro

Viana afirmou não ter visto “essa intensa crítica ao comportamen-

prometido ao eleitor”, ressaltou.

O senador Magno Malta (PL-ES) disse que ficou “estarecido com a vaidade do presidente da Câmara dos Deputados e acrescentou que é difícil acreditar que João Paulo Cunha tenha sido movido por “tamanho maquiavelismo político” apenas para chegar ao poder. “O presidente de um poder não pode agir dessa maneira. Quem fala pelos co-

to do ex-ministro (Rubens) Ricúpero”, que, lembrou, renunciou em seguida ao episódio em que conversa paralela com um jornalista foi transmitida ao vivo pelas televisões. Arthur Virgílio perguntou se João Paulo também renunciaria.

— Não devemos passar a mão na cabeça de quem comete um erro comandando uma das mais importantes instituições do país. Foi um erro grave do presidente João Paulo, um comportamento deturpado do presidente da Câmara dos Deputados.

tovelos tem que desmentir pela boca depois”, assinalou.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) reafirmou a posição do seu partido como integrante do bloco de apoio ao governo e a disposição de votar favoravelmente às reformas que ajudem o país e não como forma de buscar o poder. “Ninguém se perde pela palavra que não disse”, alertou o parlamentar.